

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 14 a 18 de dezembro, em Brasília.

## ESFORÇO CONCENTRADO NO SENADO, SUCESSÃO NA CÂMARA & VACINAÇÃO

**Em mais uma semana de esforço concentrado, Senado delibera sobre autoridades e Congresso vota matérias orçamentárias.** No âmbito das comissões do Senado, reuniões semipresenciais apreciarão a indicação de embaixadores, diretores da Antaq, Anatel, ANTT e ANP, e de membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Além de embaixadores, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado votará acordos internacionais sobre tributação e serviços aéreos.

**No Congresso, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pode ser votada na quarta (16).** Sem passar pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), devido ao impasse sobre a presidência do colegiado, a LDO será levada diretamente ao Plenário. Nesse sentido, o Executivo se articula para garantir a aprovação da matéria, sem a qual não haveria permissão para gastos no início do próximo ano. Além disso, a aprovação da LDO é condição constitucional para o Parlamento entrar em recesso legislativo.

**Ainda nesta semana, seguem as discussões sobre comando das Casas Legislativas.** A principal expectativa diz respeito ao nome a ser indicado pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que considera 5 pré-candidatos, dos quais 2 são mais cotados: Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) e Baleia Rossi (MDB/SP). Marcos Pereira (REP/SP), que decidiu não estar presente no bloco de apoio de Rodrigo Maia na última semana, ainda

mantém negociações para se viabilizar como candidato. O nome do grupo político de Maia deve ser o principal adversário do candidato do Planalto, que, até o momento, é Arthur Lira (PP/AL), sendo que os deputados licenciados e atuais ministros Fábio Faria (Comunicações) e Tereza Cristina (Agricultura) ainda correm por fora.

**No Judiciário, Governo se prepara para responder dados sobre Plano de Vacinação contra a covid.** O ministro Ricardo Lewandowski (STF) determinou que o Ministério da Saúde apresente datas relativas ao Plano. O assunto tem causado divergência entre os próprios governos estaduais; nos últimos dias, os governadores de Goiás, Pará e Piauí criticaram o anúncio de data para vacinação pelo governador de São Paulo. A vacinação pode reposicionar politicamente os governadores em relação ao Presidente da República. Nesse sentido, Ronaldo Caiado (DEM/GO) chegou a defender que a União confiscasse qualquer vacina registrada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**Em outra frente, pesquisa do Datafolha do fim de semana tem resultados favoráveis ao Governo.** Segundo o instituto, a aprovação do Presidente da República permanece em 37%, a mesma de agosto e a maior já registrada pelo Datafolha desde o início do mandato; a taxa de rejeição, por sua vez, oscilou de 34% para 32%. A pesquisa também apontou o aumento do percentual de pessoas que consideram que Bolsonaro “não tem culpa nenhuma” pelas mortes na pandemia – 52%, contra 47% em agosto.

## Destaques da Semana

### Quarta

- O [Congresso Nacional](#) deve votar, nesta quarta (16), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro** participou, nesta segunda (14), de Solenidade de Encerramento dos Cursos de Formação Profissional para os cargos de Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal. Reuniu-se com o ministro Paulo Guedes (Economia), com o deputado Luiz Nishimori (PL/PR), com Pedro Cesar, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, com o governador Renato Casagrande (ES) e com o presidente Telson Luís Cavalcante Ferreira (COPEJE). Ademais, recebeu o deputado Giovani Cherini (PL/RS), Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

**Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão** concedeu entrevista, nesta segunda (14), ao Broadcast Político: Papo com o Editor (Estadão). Reuniu-se com Suresh K. Reddy, embaixador da Índia no Brasil, e sua equipe. Ademais, participou de videoaudiência com o governador Mauro Mendes Ferreira (MT) e com Mauro Carvalho Júnior, Secretário Chefe da Casa Civil.

Casa Civil **Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto** participou, nesta segunda (14), de Solenidade de Encerramento dos Cursos de Formação Profissional nos cargos de Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal. Reuniu-se com os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional); Paulo Guedes (Economia); Jorge Antonio de Oliveira Francisco (SGPR); Wagner Rosário (CGU); Tereza Cristina (Agricultura); e Eduardo Pazuello (Saúde). Ademais, reuniu-se com Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, com José Levi Mello do Amaral Júnior, Advogado-Geral da União, e com Cleber Papa, Diretor Cultural do Museu da Imagem e do Som de São Paulo – MIS.

### ME

Ministério da Economia

**Agenda do Ministro – Paulo Guedes** participou, nesta segunda (14), de videoconferência com Roberto Fendt, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos internacionais, de reunião de ministros e presidentes de Bancos Centrais do Mercosul e da 12ª Reunião Ordinária do Comitê Interministerial de Governança. Reuniu-se com o presidente Jair Bolsonaro e, por videoconferência, com Gustavo Montezano, presidente do BNDES. Ademais, reuniu-se com os ministros Braga Netto (Casa Civil), Tereza Cristina (Agricultura), Eduardo Pazuello (Saúde), Jorge Oliveira (SGPR), com o presidente Roberto Campos Neto (BCB) e com José Levi, advogado-geral da União.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 recuou de US\$ 58 bilhões para US\$ 57,63 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado permaneceu em US\$ 56,50 bilhões de superávit.

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente – Roberto Campos Neto** participou, nesta segunda (14), da Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul e Países Associados, promovido pelo Mercosul e de reunião com os ministros Braga Netto (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia) e Tereza Cristina (Agricultura).

**Boletim Focus** – Os economistas do mercado financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2020 pela décima oitava semana seguida. A

previsão de alta passou de 4,21% para 4,35%. Para 2021, o mercado financeiro manteve em 3,34% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%. Sobre o comportamento da economia brasileira em 2020, os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa de tombo do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,40% para 4,41% na semana passada. Na última semana, o mercado manteve em 3,50% a sua estimativa média de expansão do PIB para 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2020 recuou de R\$ 5,22 para R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, a estimativa caiu de R\$ 5,10 para R\$ 5,03 por dólar.

**BNDDES**  
Banco Nacional do  
Desenvolvimento

**Agenda do presidente** – **Gustavo Montezano** participou, nesta segunda (14), de videoconferência com o Governo do Rio Grande do Sul, com The Nature Conservancy (TNC), com Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) e com o Ministério da Economia. Além disso, participou do webinar “Participação como painelistas na 15ª edição do Diálogos Futuro Sustentável, organizado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS)”.

**MiniCom**  
Ministério das Comunicações

**ANATEL**  
Agência Nacional de  
Telecomunicações

**894ª Reunião do Conselho Diretor** – Será realizada nesta quinta (17), às 15h, a 894ª Reunião do Conselho Diretor da ANATEL. Dentre os itens da [pauta](#), destacamos, de relatoria dos conselheiros Emmanoel Campelo de Souza Pereira e Moisés Queiroz Moreira, respectivamente:

- **Item 1.005** – Proposta de Portaria para designação de representantes da Anatel para integrarem a Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo; e
- **Item 2.002** – Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança de redes de telecomunicações, conforme prevista na Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2019-2020.

**MEC**  
Ministério da Educação

**Agenda do Ministro** – **Milton Ribeiro** participou, nesta segunda (14), da inauguração do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás.

**MInfra**  
Ministério da Infraestrutura

**Agenda do Ministro** – **Tarcísio Freitas** apresentou, nesta segunda (14), o Balanço de 2020 e planejamento para 2021.

## Poder Legislativo

**Congresso Nacional**

No Congresso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias ([PLN 9/2020](#)) consta na pauta do Plenário dessa quarta (16), assim como outros dois projetos que abrem créditos orçamentários para órgãos do Poder Executivo e para a compensação aos estados pela Lei Kandir.

## **Câmara dos Deputados** Plenário

O Plenário da Câmara se reúne nesta segunda (14) para votar, entre outros, projetos de auxílio aos estados, como o [PLP 133/2020](#), que formaliza acordo entre a União e os estados para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS nas exportações (Lei Kandir); o [PLP 101/2020](#), que dispõe sobre renegociação de débitos dos entes federados com a União, e o [PLP 137/2020](#), que libera R\$ 177,7 bilhões retidos no Tesouro Nacional em 29 fundos setoriais. Além desses projetos, a Câmara também pode votar o [PLP 146/2019](#), que estabelece o Marco Regulatório das Startups; e a [Medida Provisória 1003/2020](#), que autoriza o ingresso do Brasil em aliança global para acesso a vacinas contra a Covid-19.

## **Senado Federal** Plenário

O Plenário do Senado marcou sessão para terça (15), com pauta ainda a ser definida. Espera-se que os senadores possam votar o [PL 4372/2020](#), que regulamenta Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), aprovado pelos deputados na semana passada.

## **Temáticas em Pauta nas Comissões**

### **CI** Comissão de Infraestrutura

#### **Tema:** Indicações para Antaq e ANTT

A Comissão de Infraestrutura (CI) faz, na tarde desta segunda-feira (14), sessão semipresencial para analisar a indicação de autoridades para, dentre outras, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Um dos nomes analisados pela comissão será o de Flávia Moraes Lopes Takafashi para o cargo de diretora da Antaq, em substituição a Francisval Dias Mendes, que saiu do cargo em fevereiro de 2020. Takafashi é servidora da Antaq, onde ingressou por concurso público em 2010 como especialista em regulação de transportes aquaviários. A relatoria é do senador Wellington Fagundes (PL-MT).

Para a ANTT, os senadores avaliarão as indicações de Alexandre Porto Mendes de Souza e Arnaldo Silva Junior a cargos de diretores. Os relatórios foram feitos pelos senadores Vanderlan e Acir Gurgacz (PDT-RO).

### **Implantação da tecnologia 5G no Brasil**

#### **Tema:** Apresentação do Plano de Trabalho

Acontece nesta quinta (17), às 10h, por videoconferência, a reunião técnica para apresentação do Plano de Trabalho para Implantação da tecnologia 5G no Brasil.

## Política

**Maia critica adiamento da PEC emergencial e diz que país entrará em abismo fiscal.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na sexta-feira, ao criticar a desistência de discussão da PEC Emergencial neste ano no Senado, que o país está diante de um “abismo fiscal”. O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, senador Marcio Bittar (MDB-AC), anunciou em nota nesta sexta-feira o adiamento da apresentação do relatório da medida para o ano que vem, alegando a complexidade do tema e a atual conjuntura do país, sem entrar em detalhes. Em Fórum Empresarial organizado pelo Lide, onde foi homenageado, Maia afirmou que “até o que é emergencial não é votado no Brasil”, e acusou o governo de fazer um “cambalacho” com a PEC, creditando a atitude a uma tentativa de prejudicá-lo. Além disso, Maia afirmou que avalia a inclusão de gatilhos para o teto de gastos em projeto que ficou conhecido na Casa como plano Mansueto. “Hoje já tive que me organizar, vendo a carta do senador Marcio Bittar, para que a gente coloque... no projeto Plano Mansueto”, disse o presidente da Câmara. Fonte: Reuters

**Maia defende suspensão do recesso parlamentar de janeiro.** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu mais uma vez, na segunda-feira, a suspensão do recesso parlamentar de janeiro para votar temas emergenciais. Maia replicou um tuíte do senador Renan Calheiros (MDB-AL) em que o senador dizia que não se pode pensar em recesso neste momento. “Concordo plenamente e já disse isso publicamente. Sou a favor que o Congresso trabalhe em janeiro para aprovar, principalmente, a PEC emergencial. Não há outra solução, já que o decreto de calamidade não será prorrogado”, escreveu Maia. Fonte: Reuters

**Maioria isenta Bolsonaro por mortes na pandemia, aprovação segue em maior nível, diz Datafolha.** A maioria da população isenta o presidente Jair Bolsonaro de responsabilidade nas mais de 180 mil mortes causadas pela Covid-19 no Brasil e a aprovação do presidente se mantém em seu nível mais elevado, mostrou uma pesquisa Datafolha publicada pelo jornal Folha de S.Paulo. De acordo com o levantamento, o percentual dos que avaliam Bolsonaro como ótimo ou bom se manteve nos mesmos 37% registrados no final de agosto, enquanto os que o consideram ruim ou péssimo são 32%, ante 34%, e os que veem como regular somam 29%, ante 27%. O levantamento mostrou ainda que 52% dos entrevistados acham que Bolsonaro não tem culpa nenhuma pelas mortes causadas pela pandemia no Brasil, ao passo que 38% entendem que ele é um dos culpados, mas não o principal, e 8% o apontam como principal culpado. Fonte: Reuters

**Maia aponta "interferência antidemocrática" na sucessão da Câmara e diz que deputados não irão se vender por emendas.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), apontou na sexta-feira o que considera uma “interferência antidemocrática” do governo na disputa pelo comando da Casa e afirmou que os deputados não irão se vender por emendas ou cargos. O parlamentar, que trava um cabo-de-guerra com o governo pela sucessão na Casa, avaliou que a movimentação do Executivo pode se reverter em perdas de votos, no futuro, para temas considerados essenciais e alertou que a atuação do Planalto pode terminar judicializada. Fonte: Reuters

**Congresso deve fechar o ano com 23 vetos presidenciais sem análise.** O Congresso tem sessão conjunta convocada para a próxima quarta-feira (12). Na pauta não consta nenhum veto presidencial. Como esse deve ser o último desses encontros entre senadores e deputados, os 23 vetos que ainda dependem da análise do Legislativo devem ficar para 2021. Normalmente, os vetos trancam a pauta da Casa depois de 30 dias que chegam ao Congresso. Dos que ainda estão pendentes, 22 estão há mais tempo que isso. Como os congressistas estão se reunindo virtualmente por conta da pandemia de covid-19, a regra tem sido flexibilizada. Fonte: Poder 360

## Reforma Tributária

**Guedes diz que Maia cria 'falsas narrativas' ao cobrar do governo propostas já entregues.** O ministro da Economia, Paulo Guedes, acusou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de travar projetos e reformas de interesse da equipe econômica. Para o ministro, Maia cria “falsas narrativas” ao cobrar do governo propostas que já foram entregues. Guedes começou pedindo que Maia pautasse o projeto de



autonomia formal do Banco Central, que já foi aprovado pelo Senado. Segundo ele, a aprovação do texto é importante para impedir que a alta temporária dos preços se transforme em uma inflação permanente. Defensores da proposta afirmam que o BC ficaria livre de pressões políticas para calibrar os juros básicos no controle da inflação. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Ministério da Economia defende reformas para controlar inflação e instabilidade fiscal** O Ministério da Economia avalia que a elevação nos preços observada em 2020 é limitada e não piora projeções de médio prazo, mas defende as reformas e a melhora das contas públicas para diminuir as taxas de inflação implícita e os juros no longo prazo. As observações estão em nota técnica divulgada na segunda-feira (14) pela SPE (Secretaria de Política Econômica). A pasta parte da análise que o teto de gastos criado em 2016 proporcionou reduções significativas da inflação implícita em títulos públicos, com valores nos últimos anos alcançando as taxas mais baixas da série. Fonte: Folha de S. Paulo

## Judiciário

**MPT decide que Covid-19 é doença de trabalho.** O Ministério Público do Trabalho emitiu uma nota técnica ([Nota Técnica GT Covid-19 20/20](#)) que caracteriza a Covid-19 como doença ocupacional e recomenda que os médicos deverão solicitar às empresas a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para funcionários que contraírem o vírus ou casos considerados suspeitos. Sua adoção, contudo, não é obrigatória. A nota técnica elaborada pelo Grupo de Trabalho do Ministério Público do Trabalho afirma que a Covid-19 pode ser considerada doença do trabalho quando a contaminação do trabalhador pelo vírus ocorrer em decorrência das condições especiais de trabalho, nos termos do parágrafo 2º do art. 20 da Lei nº 8.213/91. Fonte: Convergência Digital

## Último Foco

**CNI divulga estudo com propostas para estimular inovação.** A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Portulans divulgaram estudo em que apresentam propostas para promover a inovação e a tecnologia no Brasil, no que as entidades chamam de “índice de estar pronto para o futuro”. O Brasil ocupa a parte de baixo do ranking, em 44º lugar entre os 47 países analisados. A pesquisa sinaliza que o investimento em inovação, tecnologia e talento está diretamente relacionado com os níveis de competitividade. São os casos, por exemplo, da Coreia do Sul e Israel, cuja taxa de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) chega a 5% do Produto Interno Bruto (PIB - a soma de todas as riquezas produzidas pelo país). O Brasil neste índice está com 1,3% na 29ª posição (de 47) neste indicador. O estudo aponta a importância da criação de uma cultura de investimentos privados, como uma política tributária adequada e tempos menores para abertura e fechamento de empresas, além de mecanismos de facilitação de aporte de recursos em startups (pequenas empresas de tecnologia). Fonte: Agência Brasil

**Entidades avaliam acessibilidade de plataformas para reuniões virtuais.** Uma avaliação sobre acessibilidade das plataformas usadas para teleconferências, aulas e reuniões virtuais, junto a 64 usuários, feita em novembro deste ano, identificou que pode haver barreiras nas ferramentas que dificultem e limitem a participação de pessoas com deficiências auditivas e de visão nessas atividades. Para melhor compreensão é indicada mais mediação dos apresentadores. “Sem a intervenção do apresentador para garantir a acessibilidade ao conteúdo, parte do grupo (lendo o conteúdo em texto e trocando mensagens por chat), pessoas com deficiência visual e auditiva podem ter problemas para participar e compreender o conteúdo da reunião”, descreve a Pesquisa sobre Acessibilidade das Ferramentas de Videoconferência em Plataforma Web, elaborada e publicada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR e pelo Centro de Estudos sobre Tecnologias Web. Fonte: Agência Brasil

**Com 210 ações, Estratégia de Propriedade Intelectual valerá 10 anos.** O Ministério da Economia lançou na sexta-feira (11) a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). A iniciativa estabelece 210 ações envolvendo questões como inovação, registro de patentes e marcas, transferência de tecnologia, criação de

programas de computador, entre outras "Só temos hoje 20% do Produto Interno Bruto [ PIB] brasileiro vindo de empresas intensivas em propriedade intelectual, enquanto na média da União Europeia esse índice é de 42%. Queremos chegar pelo menos a 30% em dez anos. Também temos como meta que o Brasil figure entre os dez países que mais usem ferramentas de propriedade intelectual", disse o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa. A propriedade intelectual é um ramo do direito voltado para assegurar recompensa aos responsáveis por produção criativa e inovadora, seja nos domínios da indústria, da ciência, da literatura ou da arte. Ela envolve três sub-ramos: a propriedade industrial, o direito autoral e a proteção sui generis, na qual estão, por exemplo, os conhecimentos das populações tradicionais. Fonte: Agência Brasil

**Sistema de Compras do governo já movimentou R\$ 27,2 bilhões este ano.** Os empresários interessados em vender bens e serviços para o governo federal podem se cadastrar gratuitamente no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal (Sicaf). Neste ano, quase 20 mil empresas aderiram ao sistema e assim podem participar dos processos licitatórios realizados pelo governo. Até o momento, foram movimentados cerca de R\$ 27,2 bilhões em 48.222 processos de compras realizados no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet), segundo balanço do Painel de Compras do Ministério da Economia. O acesso é realizado diretamente pelo usuário e elimina a necessidade de intermediários ou representantes. Após esse procedimento, empresas poderão participar de licitações realizadas por 11 mil unidades de compras. Atualmente, existem mais de 315 mil fornecedores cadastrados no Sicaf. Fonte: Agência Brasil

**Conselho treina juízes para uso de provas geradas por meios digitais em processos trabalhistas.** O Conselho Superior da Justiça do Trabalho está treinando juízes e servidores para que eles usem provas geradas por meios digitais com mais eficácia em julgamentos de processos. Entre exemplos de evidências digitais estão registros de geolocalização verificados em aparelhos celulares que podem esclarecer se um empregado que solicita horas extras estava realmente no trabalho naquele momento. Postagens em redes sociais também são utilizadas para verificar relatos em processos trabalhistas. Fonte: Folha de S. Paulo

**Relator do Fundeb no Senado quer texto com auxílio a Igrejas e Sistema S.** Izalci Lucas (PSDB-DF), relator do projeto sobre a regulamentação do Fundeb no Senado, confirmou ao Congresso em Foco que pretende aprovar a matéria sem alterações no texto e que o PL deve entrar na pauta de terça-feira (15). "Eu não quero mexer em nada porque não quero que volte para a Câmara. Não dá tempo. Se a gente não votar na semana que vem, acabou, é recesso. Se não votarmos, teremos escassez de recurso para o ano que vem", disse. O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil e, pela legislação em vigor, acaba no dia 31 de dezembro deste ano. Fonte: Congresso em Foco

**Internet das Coisas: BNDES e SENAI fazem chamada pública para projetos de eficiência industrial.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) realizam, até o dia 4 de janeiro de 2021, a "Chamada Pública IoT – Eficiência Industrial". Desde o dia 1º de dezembro, empresas industriais podem inscrever projetos que possibilitem aumentar a eficiência e a competitividade da indústria do país, utilizando a tecnologia de Internet das Coisas (IoT). Fonte: ASCOM BNDES

**CNJ regulamenta uso de inteligência artificial no Judiciário.** Para potencializar seus instrumentos e canais de atendimento à sociedade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem investido cada vez mais no desenvolvimento e aperfeiçoamento de soluções tecnológicas. Uma dessas iniciativas mais recentes é a regulamentação do uso de inteligência artificial no Poder Judiciário por meio do Sinapses, plataforma virtual que centralizará as iniciativas da tecnologia. De acordo com a Portaria CNJ nº 271/2020, publicada no último dia 4 de dezembro, a utilização de inteligência artificial pelos órgãos se dá por meio dessa plataforma comum, fruto de parceria entre o CNJ e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO). O uso do repositório centralizado incentiva a colaboração, a transparência, o aprimoramento e a divulgação dos projetos do Judiciário. Fonte: ASCOM CNJ

**Empresas de telecom e TI são contra uso do FUST e Funttel no combate à Covid-19.** As operadoras de telecomunicações e as empresas de TI se uniram na causa comum de pleitear junto aos parlamentares a exclusão de fundos setoriais de telecomunicações, no caso o FUST e o Funttel, do projeto de lei complementar 137/20, que lista 29 fontes de recursos para o combate à pandemia de Covid-19. "Clamamos aos Deputados

para que, ao deliberarem o PLP 137/2020, se manifestem pela excepcionalidade do FUST e do FUNTTEL, ou, alternativamente, caso entendam pela manutenção desses fundos no âmbito de incidência do PLP 137, mas que vinculem o uso do saldo superavitário em programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações com objetivo de promover conectividade durante o período de pandemia”, diz manifesto assinado pela Brasscom, Conexis, Telcom, Associação Neo, OCB, Abinc, Abrasat, Asbraap e Sindisat. Fonte: Convergência Digital

**TCU vê risco à segurança da informação com vendas do Serpro e da Dataprev.** Ao analisar o nível de maturidade da segurança da informação na administração federal, o Tribunal de Contas da União identificou risco potencial com a privatização das principais estatais de TI federais, Serpro e Dataprev. Por isso, e ao lembrar que não há dados públicos que embasem a venda das duas empresas, determinou que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos que encaminhe, em 15 dias, as informações que subsidiam a proposta de inclusão das duas empresas no Programa Nacional de Desestatização. Fonte: Convergência Digital

**Governo adota sistema eletrônico para gestão de teletrabalho.** Com números favoráveis com economia de energia e transporte, comunicação e até reprodução de documentos, em total que já superou R\$ 1 bilhão, o governo federal começou a adotar e disseminar um sistema eletrônico para gestão do trabalho remoto de servidores públicos. Desenvolvidos pela Susep e pela CGU, os diferentes sistemas já estão disponíveis e no âmbito do Ministério da Economia os órgãos já podem usar para planejamento, acompanhamento e controle do regime de teletrabalho. Conforme a Secretaria de Gestão do ME, vários outros órgãos e entidades também já se encontram em processo de implantação dos referidos sistemas – disponibilizados por meio do repositório do Portal do Software Público Brasileiro –, o que vem ocorrendo por meio de uma comunidade colaborativa constituída com o fim de obtenção de apoio mútuo entre os participantes e realização de melhorias nessas soluções tecnológicas. Fonte: Convergência Digital